

10/05/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 481.955 PARANÁ

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(s) : ITACY WAGNER MENDONÇA
ADV.(A/S) : FRANCISCO BARBOSA
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
PARANÁ
INTDO.(A/S) : JACKSON PROENÇA TESTA
ADV.(A/S) : VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO

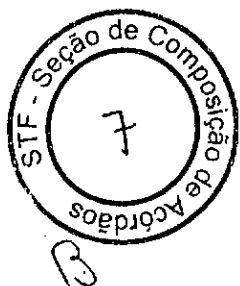
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: LEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESNECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA NO INQUÉRITO CIVIL DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário**, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 10 de maio de 2011.

Ministra CÁRMEN LÚCIA - Relatora



10/05/2011**PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 481.955 PARANÁ**

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S)	: ITAICY WAGNER MENDONÇA
ADV.(A/S)	: FRANCISCO BARBOSA
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S)	: JACKSON PROENÇA TESTA
ADV.(A/S)	: VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Em 9 de dezembro de 2009, dei provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público do Estado do Paraná contra julgado do Tribunal de Justiça do Paraná, o qual manteve decisão que determinara a intimação do ora Agravante no pedido de obtenção de dados bancários e fiscais. A decisão agravada teve a seguinte fundamentação:

“6. Na espécie vertente, discute-se se é necessário assegurar o contraditório e a ampla defesa para a quebra do sigilo bancário, por decisão judicial, em inquérito civil que apura supostas irregularidades praticadas em prejuízo da Universidade Estadual de Londrina.

7. O Tribunal de Justiça do Paraná assentou que, ‘no caso específico destes autos, a quebra do sigilo bancário, uma medida extremamente grave, não poderá ser realizada, à revelia dos investigados, devendo ser prestigiado o exercício de defesa, mediante a observância do devido processo legal’ (fl. 106).

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório não são aplicáveis

RE 481.955 AgR / PR

na fase do inquérito civil, pois este tem natureza administrativa, de caráter pré-processual, que se destina à colheita de informações para propositura da ação civil pública, não havendo, portanto, que se falar em réu ou acusado, nessa fase investigativa.

Confira-se, a propósito, o seguinte julgado:

'INQUÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL. SIGILO BANCÁRIO. QUEBRA. AFRONTA AO ARTIGO 5º, X E XII, DA CF: INEXISTÊNCIA. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. CONTRADITÓRIO. NÃO PREVALECE. I – A quebra do sigilo bancário não afronta o artigo 5º, X e XII, da Constituição Federal (Precedente: PET. 577). II - O princípio do contraditório não prevalece na fase inquisitória (HHCC 55.447 e 69.372; RE 136.239, inter alia). Agravo regimental não provido' (Inq 897-AgR, Rel. Min. Francisco Rezek, Plenário, DJ 24.3.1995).

Em seu voto o Ministro Celso de Mello asseverou que:

'nada impede que, instaurado o inquérito policial – e observadas as cautelas determinadas pelo nosso ordenamento normativo –, seja decretada a quebra do sigilo bancário, sem necessidade, em tal situação, de prévia audiência do indiciado. Presente esse contexto, não há cogitar da instauração incidental do contraditório em procedimento nitidamente qualificado pela nota da unilateralidade e da inquisitividade'.

No mesmo sentido, os seguintes julgados: HC 82.354, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 24.9.2004; e HC 69.372, Rel. Min. Celso de Mello, Primeira Turma, DJ 7.5.1993.

8. Dessa orientação jurisprudencial divergiu o julgado recorrido.

9. Pelo exposto, dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)" (fls. 214-215).

RE 481.955 AgR / PR

2. Publicada essa decisão no DJe de 4.2.2010 (fl. 216), interpõe Itaicý Wagner Mendonça, ora Agravante, em 9.2.2010, tempestivamente, agravo regimental (fls. 251-257, 268-274).

3. Alega o Agravante que *“a ilustre julgadora proferiu a decisão mencionada, sem levar o Recurso Extraordinário ao plenário, o que fere a lei e as normas desse Excelso Pretório, está a merecer seja anulada, para levar o Recurso Extraordinário nº 481955 a julgamento pelo pleno”* (fl. 256).

Requer o provimento do presente recurso.

É o relatório.

10/05/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 481.955 PARANÁ

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

2. Inicialmente cumpre anotar, que, nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, o Relator pode negar seguimento ao recurso em confronto com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal. Registre-se, que o Supremo Tribunal Federal reconheceu ser legítimo o julgamento monocrático previsto no art. 557 do Código de Processo Civil. Confira-se o seguinte julgado:

“CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 287 DO STF. MULTA. AGRAVO IMPROVIDO. I - Legitimidade constitucional da atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este (RISTF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; C.P.C., art. 557, redação da Lei 9.756/98) desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado. II - A parte agravante não atacou todos os fundamentos da decisão agravada. Inviável, portanto, o presente recurso, a teor da Súmula 287 do STF. III - Aplicação de multa. IV - Agravo regimental improvido” (RE 553.643-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 14.12.2007 – grifos nossos).

3. Ademais, como afirmado na decisão agravada, o Supremo Tribunal Federal assentou que as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório não são aplicáveis na fase do inquérito civil, que tem natureza administrativa, de caráter pré-processual, e somente se destina à colheita de informações para propositura da ação civil pública.

RE 481.955 AgR / PR

Confiram-se, a propósito, os seguintes julgados:

"INQUÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL. SIGILO BANCÁRIO. QUEBRA. AFRONTA AO ARTIGO 5º, X E XII, DA CF: INEXISTÊNCIA. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. CONTRADITÓRIO. NÃO PREVALECE. I – A quebra do sigilo bancário não afronta o artigo 5º, X e XII, da Constituição Federal (Precedente: PET. 577). II - O princípio do contraditório não prevalece na fase inquisitória (HHCC 55.447 e 69.372; RE 136.239, inter alia). Agravo regimental não provido" (Inq 897-AgR, Rel. Min. Francisco Rezek, Plenário, DJ 24.3.1995).

E:

"CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. LEI 8.137/90 (art. 1º, I, II e V). NULIDADES DO PROCEDIMENTO FISCAL. 1. Inexistência de irregularidades no procedimento que culminou com a quebra do sigilo bancário. Providência que teve o endosso do Judiciário e que, de regra, é efetivado em procedimento inquisitorial, sob pena de frustração da medida. 2. HC indeferido" (HC 85.088, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 23.9.2005).

4. Os argumentos do Agravante, insuficientes para modificar a decisão agravada, demonstram apenas inconformismo e resistência em pôr termo a processos que se arrastam em detrimento da eficiente prestação jurisdicional.

5. Pelo exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 481.955**

PROCED. : PARANÁ

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

AGTE.(S) : ITAICY WAGNER MENDONÇA

ADV.(A/S) : FRANCISCO BARBOSA

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

INTDO.(A/S) : JACKSON PROENÇA TESTA

ADV.(A/S) : VICENTE DE PAULA MARQUES FILHO

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 10.5.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Luiz Fux. Compareceu o Senhor Ministro Ayres Britto para julgar processos a ele vinculados, assumindo a cadeira do Senhor Ministro Luiz Fux.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian
Coordenadora